

DESENVOLVIMENTO RURAL E O SURGIMENTO DE NOVAS MODALIDADES DE ENTRETENIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA, MINAS GERAIS, 1900-1920¹

RURAL DEVELOPMENT AND THE EMERGENCE OF NEW URBAN ENTERTAINMENT MODALITIES IN THE MUNICIPALITY OF OLIVEIRA, MINAS GERAIS, 1900-1920

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral*
dvoamaral@gmail.com

RESUMO: Analisando jornais, dados censitários e questionários agrícolas, este artigo investiga a história do surgimento de novas modalidades de entretenimento urbano no município de Oliveira, Minas Gerais, entre 1900 e 1920. Nesse período, o desenvolvimento do setor rural agropecuário concorreu direta ou indiretamente para um crescimento demográfico, aquisição de melhorias urbanas, bem como uma pequena diversificação do comércio e dos espaços públicos destinados a oferecer diversões.

PALAVRAS-CHAVE: História, Lazer, Oliveira-MG.

ABSTRACT: By analyzing newspapers, census data and agricultural questionnaires, this article aims at investigating the history of new forms of urban entertainment in the municipality of Oliveira, Minas Gerais, between 1900 and 1920, and how they were made possible. During this period, the development of the rural agricultural sector battled directly or indirectly for demographic growth, acquisition of urban improvements, as well as a small diversification of commerce and public spaces designed to offer entertainment.

KEYWORDS: History, Leisure, Oliveira-MG.

Introdução

Na transição entre os séculos XIX e XX, diversas cidades brasileiras sofreram uma série de intervenções modernizadoras, conduzidas, sobremaneira, por autoridades políticas e grupos abastados locais, quase sempre buscando equivalências com o mundo europeu (SEVCENKO, 2003). As indústrias, a ferrovia, o automóvel, o telefone, a iluminação elétrica, o calçamento de ruas e o ajardinamento de praças são alguns dos elementos que se associavam ao desejo de superar uma realidade apontada pelos grupos letrados como arcaica e atrasada. Na mesma medida, práticas de lazer serviram também como símbolos de modernidade e de inserção a um “mundo civilizado”. Nesses termos, o teatro, o cinema, o circo, os esportes, o carnaval veneziano, o piquenique, a retreta e os clubes sociais e recreativos integraram o rol das muitas diversões públicas e privadas que assumiram *status* de indicadores privilegiados

¹ Este artigo é uma versão ampliada e revista de um dos capítulos da tese de doutorado, defendida em dezembro de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada *Lazer, mercado do entretenimento e circuitos futebolísticos nos sertões de Minas Gerais, 1888-1925*. A pesquisa recebeu apoio financeiro da Capes.

* Doutor em Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde é integrante do Grupo de Pesquisa em História do Lazer. Professor do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros, campus Januária.

de sofisticação dos hábitos urbanos, ao longo da chamada *Belle Époque* brasileira (DIAS et. al., 2019).

Conforme usualmente é apresentado pela historiografia especializada no lazer, esse conjunto de ambições por uma nova experiência urbana, em que a oferta e o consumo de práticas sociais entendidas como modernas tornaram-se parte importante desse novo horizonte de expectativas, esteve diretamente ligado às cidades. Mais especificamente, argumenta-se que a ampliação progressiva de espaços públicos, ou mesmo a generalização de mecanismos de comercialização das diversões, foram resultados de processos que ocorriam no perímetro urbano das cidades, especialmente a urbanização. Um exemplo dessa historiografia é a coletânea *Os sports e as cidades brasileiras: transição entre os séculos XIX e XX*, organizada por Victor Melo (2010), que reuniu trabalhos de onze capitais e duas importantes cidades do interior do país, quais sejam: Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Aracaju, Recife, Natal e Belém do Pará. Em praticamente todos os trabalhos, os esportes e o lazer de maneira geral, que emergem no cenário de configuração do ideário e imaginário da modernidade no Brasil, foram compreendidos como fenômenos explicitamente ligados ao desenvolvimento urbano. Ainda que alguns trabalhos tenham feito tímidas menções da importância do setor rural no processo de crescimento econômico de algumas das localidades investigadas, como o café em São Paulo e Santos, a erva mate em Curitiba e a borracha em Belém do Pará, a inteligibilidade histórica dos emergentes fenômenos sociais aparece nesses textos circunscrita ao que é tido como moderno e urbano.

Tal interpretação não é exclusividade das pesquisas que se propõem estudar as especificidades das capitais ou das cidades interioranas mais populosas ou economicamente mais dinâmicas do Brasil. Nos últimos anos, um movimento historiográfico tem procurado demonstrar como essa nova experiência urbana também parece ter se desenrolado em localidades demográfica, econômica e culturalmente periféricas (cf. SANTOS, 2012; SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; CORRÊA, 2017). À sua maneira, inúmeras pequenas cidades, vilas e distritos também parecem ter experimentado, desde os fins do século XIX, mas sobretudo a partir do século XX, anseios de cunho modernizador e de valorização de práticas lúdicas que pudessem servir como índice de progresso dos costumes. Minas Gerais, em particular, talvez seja o estado com mais estudos monográficos nesse sentido. Cidades como Barbacena,

Campanha, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Lima, Oliveira, Ouro Preto, Pouso Alegre, São João del-Rei, Uberaba e Uberlândia tiveram já o desenvolvimento histórico de algumas de suas práticas de lazer investigadas (cf. SILVA, 2018; JÚNIOR, 2017; OLIVEIRA, 2016; AMARAL, 2016; SILVA, 2012; NAKAYAMA, 2016; SILVA, 2007; BIBBÓ, 2017; LIMA, 2014; DIAS et. al., 2014).

Todavia, um montante significativo desses estudos, tanto em Minas Gerais quanto em outras partes, tende a reproduzir os mesmos esquemas explicativos apresentados pela historiografia dedicada aos grandes centros urbanos brasileiros do período, procurando demonstrar que um processo grandiloquente de modernização urbana também esteve em curso nessas localidades, tal e qual nas maiores cidades do país, reservadas, quando muito, apenas as respectivas proporções. Mesmo que muitas cidades, vilas ou distritos interioranos apresentem características flagrantemente rurais, subordinadas a condições relativamente diferentes, são as conclusões e pontos de vista das metrópoles que tendem a orientar a elaboração das perguntas, a seleção das fontes de informações e até as interpretações que serão apresentadas (DIAS, 2020a).

Essa excessiva centralidade das dimensões urbanas na conformação histórica dos fenômenos sociais modernos parece sofrer interferências do que Cleber Dias (2020b) acusou de “péssimo costume da transladação de grandes modelos teóricos produzidos na Europa”, no qual se aplica de maneira mais ou menos acrítica “conclusões desenvolvidas em outras partes, para outras partes”. No caso brasileiro, uma das principais, se não a principal influência teórica que, talvez, tenha encorajado a institucionalização formal de uma área investigativa e de atuação especializada no lazer, foi do sociólogo francês Joffre Dumazedier. Sua presença, mais ou menos constante no Brasil a partir de 1961, acompanhada pela tradução de alguns de seus livros, foi decisiva para a penetrabilidade de suas ideias. Elaborando suas teorias por meio da investigação do lazer dos operários de uma cidade do interior da França na década de 1950, Dumazedier (1996, p. 26) consagrou, entre os pesquisadores brasileiros, a concepção de que formas contemporâneas peculiares de uso e ocupação do tempo livre, ou o lazer moderno, eram produtos exclusivos da civilização urbana “nascida da Revolução Industrial”. Embora se tratasse de uma investigação pautada no contexto de uma cidade europeia, notadamente urbanizada e industrializada (curiosamente num período em que ainda permanecia no Brasil um predomínio quantitativo da população rural sobre a urbana), seus

estudos encontraram forte adesão entre os pesquisadores brasileiros, que incorporaram esse viés do lazer enquanto fenômeno moderno, urbano e industrial na construção de um campo de estudos sistematizado que viria a se consolidar na década de 1970 (MELO; GOMES, 2003).

Em outra frente, é possível detectar, também, interferências do discurso modernizador que afetou determinados setores das elites de diferentes regiões do país, pelo menos desde meados do século XIX, quando um conjunto de representações foi diligentemente edificado visando a afirmação de imagens de um país moderno, urbano, civilizado e cosmopolita, ao mesmo tempo em que se buscava apagar, com certa vergonha e desprezo, imagens de um país rural e agrário. Segundo a historiadora Marcia Regina Naxara (1998), entre as leituras possíveis sobre o Brasil rural no século XIX, a que mais repercutia e tinha aceitação junto ao público leitor (composto pela elite) era aquela que, por um lado, desqualificava o ambiente rural por um suposto estado de “incivilidade” e, por outro, ironizava o atraso do homem rural brasileiro. Este último, por sua vez, passou a ser depreciado no discurso de uma elite intelectual que o ridicularizava no seu modo de vestir, de falar e de portar-se em público, um contraponto do “homem cidadão moderno”, que falava corretamente, que se vestia e se portava pelos padrões europeus (urbanos, portanto civilizados).

Direta ou indiretamente, essa construção histórica que relegou ao campo e ao morador rural um papel marginal no discurso construído por diferentes setores das elites dirigentes, somada à importação de teorias elaboradas a partir do contexto “urbano-industrial” europeu, que nas palavras de Christiane Gomes (2011, p. 13) “continuam sendo intensamente reproduzidas como sendo universais”, têm contribuído para que o lazer na modernidade brasileira seja compreendido pela égide inviolável do espaço urbano das cidades. Mas até que ponto o desenvolvimento urbano foi, de fato, um agente causal privilegiado para as transformações históricas que proporcionaram o surgimento de novos espaços e modalidades de lazer, especialmente se tratando de pequenas localidades instaladas na hinterlândia brasileira?

No caso de Minas Gerais, Natânia Ferreira (2017) já apontara o papel que o desenvolvimento da economia agropecuária, notadamente a produção de café, desempenhou no processo de crescimento populacional e diversificação dos

estabelecimentos de comércio urbano no Município de Varginha, no Sul de Minas, a partir dos anos finais do século XIX. Anderson Pires (2004), tratando do município de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, similarmente argumentou a respeito do papel do capital agrário advindo da exploração do café para os processos de industrialização da urbe e construção de infraestrutura (estradas de ferro, bancos, energia elétrica, transportes urbanos, entre outras), na transição entre os séculos XIX e XX. No Oeste de Minas Gerais, uma pesquisa recente sobre o município de Divinópolis procurou demonstrar como o aumento da mão de obra assalariada e o crescimento da geração de riquezas, grandemente obtidas pela diversificação da produção e subsequente comercialização de gêneros rurais agropecuários nas primeiras duas décadas do século XX, além de ter contribuído para o aumento das receitas locais que foram utilizadas por agentes políticos em reformas e melhoramentos citadinos, beneficiou grupos ligados aos setores urbanos, a exemplo de donos de lojas e profissionais liberais, que depois estiveram envolvidos na organização e consumo de bens e serviços de lazer (AMARAL; DIAS, 2017).

Todos esses trabalhos, embora tratem de situações e contextos sociais diferentes, sinalizam para a importância do setor rural na compreensão dos diversos processos que envolvem algum tipo de dinamização urbana, o que incluiu atividades, espaços públicos e estabelecimentos comerciais voltados para o entretenimento. Contudo, no âmbito dos estudos históricos sobre o lazer, prevalece ainda um entendimento que negligencia uma participação mais efetiva do setor rural nas transformações urbanas de cunho modernizador que, em maior ou menor grau, afetaram as nucleações da hinterlândia brasileira na virada para o século XX. Na verdade, transformações históricas do mundo rural são quase sempre compreendidas como meros reflexos de transformações históricas do mundo urbano, um quadro que precisa ser, no mínimo, mais bem equilibrado.

Com a intenção generalizada de ampliar o arcabouço histórico e contextual por meio do qual usualmente se enquadra o estudo da oferta e do consumo de práticas culturais de lazer no Brasil, este artigo apresenta uma análise sobre o surgimento de novas modalidades de entretenimento urbano no município de Oliveira, localizado no Oeste mineiro, entre 1900 e 1920. Nesse período, o desenvolvimento do setor rural agropecuário, sobretudo na década de 1910, após a superação de um período de crise decorrente, entre outras coisas, do fim da escravidão, da contração das áreas de exploração agrícola e da diminuição da exportação de gado, concorreu direta ou indiretamente para um crescimento demográfico, aquisição de

melhorias urbanas, bem como uma pequena diversificação do comércio e dos espaços públicos destinados a oferecer diversões. Todavia, ao invés de enfatizar unilateralmente os aspectos modernizadores das transformações em curso naquele contexto, tal como o fazem outros estudos, a presente interpretação, em sentido ligeiramente diferente, é a de que Oliveira e os seus lazes se desenvolveram em meio a uma estrutura social ambivalente, cujo *modus vivendi* se encontrava em plena metamorfose. De uma parte, transformações econômicas, urbanísticas e comportamentais que de fato imprimiam ares de progresso ao município. De outra parte, porém, uma estrutura cultural, social e econômica, ainda em grande medida rural, participava de modo inseparável das ações modernizadoras que afetaram o pequeno e modesto centro urbano.

O corpus documental que subsidiou as investigações foi composto, fundamentalmente, por um conjunto de exemplares do jornal *Gazeta de Minas*, publicado em Oliveira e disponível no acervo digital do próprio editorial (<http://acervo.izap.com.br>). Esta folha foi fundada, inicialmente, com o nome *Gazeta de Oliveira*, em setembro de 1887, pelo português Antônio Fernal. Em 1899, aproximadamente cinco anos depois de ter adquirido uma máquina tipográfica americana movida a vapor e com capacidade de imprimir três mil exemplares por hora, a antiga *Gazeta de Oliveira*, “órgão literário, comercial, agrícola e noticioso”, já com periodicidade semanal e circulando sempre aos domingos, mudou seu nome para *Gazeta de Minas*. A mudança expressava claramente o novo horizonte de expectativas do periódico que passou a se declarar como “o jornal de maior formato e circulação de Minas Gerais” (GAZETA DE MINAS, 1 de janeiro de 1899, p. 1).

Com vista a ampliar o escopo documental da pesquisa, foram consultados, também, documentos oficiais do poder público estadual, tais como questionários agrícolas ou censos estatísticos disponíveis no catálogo digital da Biblioteca do Ministério da Fazenda (<http://memoria.org.br/>). Essas fontes ofereceram um arcabouço privilegiado de informações que permitiram desnudar, com riqueza de detalhes, as transformações urbanas, econômicas, demográficas e sociais sofridas pelo município de Oliveira na virada para o passado.

“Diversões? Não tem faltado ultimamente em Oliveira”

No final do século XIX, Oliveira era uma pequena cidade, localizada no Oeste de Minas Gerais, cuja população, em 1888, era de apenas 4.000 moradores divididos entre o pequeno

núcleo citadino desprovido de iluminação pública, calçamento, arborização e abastecimento domiciliar de água, e diversos povoados rurais, a exemplo de Areião dos Faleiros, Barreiros, Fradique, Martins, Matinha ou ainda Silveira (GAZETA DE OLIVEIRA, 15 de janeiro de 1888, p. 1). Era nessas áreas rurais que estava concentrada a dinâmica demográfica e de empregabilidade do município.² Isso por efeito do setor produtivo de Oliveira ser estruturado a partir de uma economia rural, ancorada na exportação de gado para o Rio de Janeiro, toucinho, queijos, doces, açúcar e tecidos para municípios vizinhos, além de uma pequena produção para o abastecimento local que incluía, entre outros gêneros, aguardente, fumo, licores, vinagre, azeite de mamona, café, arroz, milho, feijão, mandioca e batata (cf. GAZETA DE OLIVEIRA, 5 de fevereiro de 1888, p. 1; GAZETA DE OLIVEIRA, 11 de março de 1888, p. 1).

Na sede do município, um pequeno comércio urbano constituído de 13 casas para a venda de comida, bebida e gêneros do país, quatro farmácias, três pensões, uma padaria e um colégio particular servia como uma espécie de “entrepoto” para o atendimento das demandas provenientes dos moradores e das atividades laborais dos povoados, o que bem se corrobora com diferentes passagens de viajantes que visitaram localidades de menor porte do interior de Minas Gerais ao longo de todo século XIX. Tal como foi observado pelo historiador Alexandre Cunha (2009, p. 11), vida urbana, efetivamente, só ocorria quando as populações rurais se dirigiam para as sedes das cidades, o que era feito com maior intensidade nos finais de semana, por ocasião das atividades religiosas.

² Além da cidade, que já era sede e centro do município, Oliveira era constituída, em 1888, pelos distritos e freguesias de Carmo da Mata, Cláudio, Japão, Passa Tempo, São Francisco de Paula, Santa Ana do Jacaré e Santo Antônio do Amparo, congregando cerca de 78 povoados rurais e uma população de, aproximadamente, 26 mil moradores (GAZETA DE MINAS, 15 de janeiro de 1888, p. 1).



Figura 1 – Largo da Matriz de Oliveira, 1900. Fonte: Casa da Cultura de Oliveira.

Depois de 1888, quando foi inaugurado um ramal ferroviário da Estrada de Ferro Oeste de Minas, Oliveira experimentou um pequeno crescimento do setor produtivo. A Estrada de Ferro Oeste de Minas, por meio da conexão com a Estrada de Ferro Central do Brasil (chamada, antes da república, Estrada de Ferro D. Pedro II), que partia do Rio de Janeiro, proporcionava uma ligação com o maior e principal mercado consumidor do país no período. A motivação para construção desta estrada relacionava-se, em grande medida, com possibilidades ou pretensões de incrementar, justamente, o transporte de produtos agropecuários para o abastecimento dos maiores centros consumidores do Brasil (LIMA, 2009).

Por outro lado, a inauguração do ramal ferroviário ocorreu quase que simultaneamente à supressão da escravidão. Com 1/4 da população municipal composta por escravos em 1888, em princípios da década de 1890, cronistas da imprensa falavam de uma desarticulação das lavouras e a cidade, antes autossuficiente, passou a importar gêneros básicos de alimentação (GAZETA DE OLIVEIRA, 22 de novembro de 1896, p. 1). Na mesma direção, a exportação de gado que havia ganhado um pequeno impulso com a inauguração dos ramais da ferrovia, sofreu um revés nos últimos anos do século XIX, principalmente pela diminuição do consumo de carne no Rio de Janeiro, cujo volume recebido declinou em aproximadamente 32% entre 1897 e 1900 (GAZETA DE MINAS, 13 de janeiro de 1901, p. 1).

Diante do quadro de instabilidade econômica, marcado por crise no setor agrícola e diminuição da exportação de gado, uma onda de falências afetou vários estabelecimentos de comércio que tiveram iniciativas no centro de Oliveira ao longo da década de 1890, tais como Hotel do Cruzeiro, Sanatório Oliveirense, Ateliê de Fotografia Artística, Colégio Imaculada Conceição e Empresa de Pintura e Douradura, que fecharam suas portas nos últimos anos do século XIX (cf. GAZETA DE OLIVEIRA, 13 de novembro de 1898, p. 1; GAZETA DE MINAS, 29 de janeiro de 1899, p. 1; GAZETA DE MINAS, 16 de dezembro de 1900, p. 1). No setor do entretenimento, algumas poucas iniciativas, por mais que estivessem conectadas aos desejos das elites letradas de refinamento dos hábitos urbanos, seguiram a mesma trajetória. O *Jockey Club Oliveirense*, fundado em meados de maio de 1898, e que passou a organizar corridas todos os finais de semana no Largo do Cruzeiro, findou suas atividades com menos de dois meses de funcionamento (cf. GAZETA DE OLIVEIRA, 22 de maio de 1898, p. 1; GAZETA DE OLIVEIRA, 12 de junho de 1898, p. 1). Já os bilhares do Sr. Lindolfo Pinheiro Chagas (1892), do Sr. Antenor Pio de Moraes (1898) e do Hotel da Estação (1898), tiveram vida curta (cf. GAZETA DE OLIVEIRA, 6 de novembro de 1892, p. 3; GAZETA DE OLIVEIRA, 10 de abril de 1898, p. 1; GAZETA DE OLIVEIRA, 28 de agosto de 1898, p. 1).

Entre os fins da década de 1880 e princípios de 1890, Oliveira até contou com um “sofrível teatrinho”, segundo descrição da imprensa local, mantido por uma associação chamada Sociedade Teatral Oliveirense. No ano de 1892, no entanto, a Câmara Municipal solicitou que o clube teatral fizesse reparos no teatro, alegando risco de desabamento, o que provavelmente não foi atendido, uma vez que, no ano seguinte, o teatro foi demolido (GAZETA DE OLIVEIRA, 12 de novembro de 1893, p. 1).

Dentre o rol das poucas opções de combate a um cenário urbano percebido pelas elites letradas como “morto”, “monótono e “sorumbático”, estavam os espetáculos oferecidos por artistas itinerantes que, periodicamente, excursionavam pelo interior do Brasil. Esses artistas, que comercializavam espetáculos de teatro, circo, touradas, ilusionismo, prestidigitação, cinematógrafo, fantoches ou música, muitas vezes sem distinção clara entre os gêneros ambulantes, podiam oferecer espetáculos por períodos variados que oscilavam de alguns poucos dias até a alguns meses em certos casos. Diferente das práticas de lazer mais tradicionais, isto é, festas, reuniões íntimas, jogos e comemorações que já faziam parte do cotidiano dos moradores citadinos e rurais residentes no conjunto de nucleações municipais,

essas companhias pareciam fazer parte de um mundo especial, “supostamente vivido por reis e rainhas de toda Europa” e “idealizado como *locus* da civilização da humanidade” (HORTA, 2028, p. 107-108). Com exceção das iniciativas (quase todas efêmeras) dos bilhares, do *Jockey Club Oliveirense* e de algumas associações recreativas que foram surgindo nessa época, os espetáculos ambulantes tornaram-se o principal veículo na oferta de divertimentos “à moda das finas sociedades” (GAZETA DE MINAS, 7 de janeiro de 1906).

A partir da segunda metade da década de 1900, o quadro social de Oliveira começou a se alterar. Nessa época, os produtores rurais foram, aos poucos, recuperando-se da depressão causada pela adaptação ao trabalho livre, registrando-se uma pequena melhora da produção agropecuária do município, além de uma ligeira expansão industrial. Em 1902, foi inaugurado, na Praça do Cruzeiro, o Engenho de Beneficiar Café Santa Cruz, de propriedade dos Srs. Miranda & Fernal (GAZETA DE MINAS, 26 de janeiro de 1902, p. 1). Nos dois anos seguintes, o fazendeiro e capitalista Sr. Tenente Coronel Manoel Antônio Xavier inaugurou, junto à estação ferroviária, o Engenho Central de Oliveira, com um moinho de fubá e beneficiadores de arroz e café (GAZETA DE MINAS, 14 de abril de 1904, p. 1). Engenhos de beneficiar café também foram inaugurados, no mesmo período, nos distritos de Claudio e na freguesia de Carmo da Mata (cf. GAZETA DE MINAS, 22 de abril de 1903; GAZETA DE MINAS, 20 de janeiro de 1907, p. 1).

A introdução dos novos maquinários foi acompanhada do crescimento da produção de grãos, sobretudo milho, arroz e café, cujas colheitas dos produtores rurais passaram a sanar as demandas locais, interrompendo a necessidade de importação, gerando, no caso do café, algum excedente para exportação (MINAS GERAIS, 1913, p. 265-268). Em 1906, segundo registros de imprensa, os lavradores de Oliveira colheram cerca de dez mil litros de arroz agulha (GAZETA DE MINAS, 6 de maio de 1906, p. 1). Já a exportação de café produzido e beneficiado nos engenhos do município atingiu, em 1909, 150 mil arrobas, sendo quase 75% da safra cafeeira colhida no distrito de Claudio (cf. GAZETA DE MINAS, 14 de março de 1909, p. 1; GAZETA DE MINAS, 6 de fevereiro de 1910, p. 1).

Outro ramo industrial que ganhou impulso foi a produção de manteiga. A primeira fábrica de manteiga que se tem notícias começou a ser montada em novembro de 1904, na sede de Oliveira (GAZETA DE MINAS, 16 de novembro de 1904, p. 1). A partir de então, novas

iniciativas foram registradas em diferentes pontos municipais. Em 1906, no distrito de Passa Tempo, o Sr. Capitão Gabriel Augusto de Andrade, “adiantado e inteligente fazendeiro e criador”, inaugurou a fábrica Manteiga Mineira (GAZETA DE MINAS, 19 de agosto de 1906, p. 1). Em 1909, mais duas iniciativas foram registradas, sendo a fábrica Manteiga Japonesa, de propriedade do fazendeiro Sr. Capitão Américo Paulinelli, no distrito de Japão, e a fábrica Manteiga Delícias, de propriedade do industrial Sr. José Robortella, na sede de Oliveira (cf. GAZETA DE MINAS, 8 de agosto de 1909, p. 1; GAZETA DE MINAS, 16 de maio de 1909, p. 1). No ano seguinte, também na sede de Oliveira, “ao fundo da Ladeira dos Frades”, outra fábrica de manteiga de propriedade dos Srs. Francisco Robortella & Comp. foi inaugurada (GAZETA DE MINAS, 6 de novembro de 1910, p. 1).

O rápido desenvolvimento da indústria de manteiga “inspirou”, conforme registros de um correspondente da freguesia de Carmo da Mata, “um desejo unânime e contagioso” entre os fazendeiros do município de “melhorar a raça bovina”. Nas palavras do correspondente, “vários reprodutores e de sangue puro” fizeram importações de animais do exterior, “dando preferência para a raça leiteira”, sendo “raro o curral” onde não era encontrado “pelo menos um animal de raça melhorada” (GAZETA DE MINAS, 1 de janeiro de 1909, p. 1). Em março de 1909, por exemplo, chegaram a Oliveira “diversos animais de raça importados dos Estados Unidos, destinados às fazendas dos Srs. Coronel Gabriel A. de Andrade e Majores Américo Leite e José F. Leite” (GAZETA DE MINAS, 28 de março de 1909, p. 2). Como resultado das novas indústrias de laticínios e do crescimento e melhoramento do gado leiteiro, a exportação de manteiga do município de Oliveira atingiu, no ano de 1910, a expressiva marca de 300 toneladas (MINAS GERAIS, 1913, p. 265-268).

Além das indústrias de grãos e laticínios, algumas pequenas fábricas de menor expressividade e de diferentes setores produtivos também tiveram iniciativas na primeira década do século XX. Entre 1903 e 1910, foram noticiados na imprensa local a inauguração de uma fábrica de banha de porco, uma fábrica de cerveja e uma fábrica de ferraduras na sede de Oliveira, além de um engenho de cana na freguesia de Carmo da Mata e uma fábrica de biscoitos no distrito de Japão (cf. GAZETA DE MINAS, 31 de maio de 1903, p. 1; GAZETA DE MINAS, 18 de fevereiro de 1906, p. 1; GAZETA DE MINAS, 6 de novembro de 1910, p. 1; GAZETA DE MINAS, 21 de julho de 1907, p. 1; GAZETA DE MINAS, 12 de maio de 1907, p. 1). Somado a isso, a exportação de gado do município, que no final do século XIX havia declinado

por razão da diminuição do consumo de carne no Rio de Janeiro, entrou em franca recuperação com um novo aquecimento das feiras que abasteciam os mercados cariocas, crescendo mais de 140% ao longo da década de 1900 (MINAS GERAIS, 1913, p. 265-268).

Essa recuperação agropecuária proporcionou novas e mais ocupações para a mão de obra local, ampliando, também, por consequência, a atividade comercial da sede de Oliveira. Embora boa parte da mão de obra agrícola, que era seguramente o setor econômico mais dinâmico do município, não necessariamente recebesse salários ou pagamentos em dinheiro por todo o trabalho realizado, pelo menos uma parte desses serviços era remunerado dessa forma, ao menos durante um período do ano, mais usualmente na colheita (LIMA, 1978).

Com o cenário econômico e laboral mais favorável, alguns novos espaços para o comércio de entretenimento receberam investimentos por parte dos empresários locais. Em 1903, o Sr. Contrano Fantini inaugurou uma casa de bilhar associada com uma tabacaria (GAZETA DE MINAS, 27 de setembro de 1903, p. 1). Em 1907, os Srs. José Vieira & Faleiro Junior inauguraram a “primeira confeitaria e botequim” de Oliveira (GAZETA DE MINAS, 1 de dezembro de 1907, p. 2). Entre março de 1906 e outubro de 1907, o empresário Francisco Miranda, proprietário do Hotel Central, instalou, nas dependências da hospedaria, um “amplo e bem construído boliche”, um “espaçoso” bar dotado de um “magnífico Odeon” que tocava todas as noites “um esplêndido repertório de operetas, cantos, canções, cançonetas, etc.”, além de um pequeno teatro improvisado – denominado Éden Teatro (cf. GAZETA DE MINAS, 18 de março de 1906; GAZETA DE MINAS, 15 de julho de 1906, p. 1; GAZETA DE MINAS, 6 de outubro de 1907, p. 1; GAZETA DE MINAS, 27 de maio de 1906, p. 1).

Dois meses após a inauguração desse teatro, a Câmara Municipal de Oliveira inaugurou outra instalação teatral: o Teatro Provisório Municipal, com lugar para 120 cadeiras e capacidade para 600 pessoas (GAZETA DE MINAS, 1 de julho de 1906, p. 1). A situação, entretanto, não parece ter ampliado as ofertas comerciais de espetáculos na cidade, cujas apresentações artísticas continuavam, em larga medida, dependentes das visitas esporádicas de companhias itinerantes. Entre 1906 e 1907, dois clubes recreativos, sendo eles o Clube Literário Recreativo de Oliveira e o Clube Teatral Instrução e Recreio, até tentaram promover um calendário mais frequente de peças teatrais (cf. GAZETA DE MINAS, 21 de janeiro de 1906, p. 1; GAZETA DE MINAS, 24 de março de 1907, p. 2). Contudo, ambos os clubes tiveram uma

existência efêmera, não permitindo, assim, a consolidação de uma agenda diária ou semanal de espetáculos que favorecesse o funcionamento simultâneo de duas casas de diversões.

Devido à proeminência arquitetônica do Teatro Provisório Municipal, isto é, um palco maior e capacidade de absorver mais público, quando comparado com o Eden Teatro, grupos artísticos que necessitavam de locação de espaços para a comercialização de entradas passaram a dar preferência à casa de espetáculos edificada pela Câmara Municipal de Oliveira. No caso da turnê artística da Companhia Luso Brasileira, por exemplo, um cronista anônimo de Oliveira elencou, justamente, as dimensões do palco e o tamanho da plateia para justificar a transferência dos espetáculos da companhia supracitada, do Eden Teatro para o Teatro Provisório Municipal (cf. GAZETA DE MINAS, 10 de junho de 1906, p. 1; GAZETA DE MINAS, 1 de julho de 1906, p. 1). Nesses termos, sem dispor de uma agenda frequente de espetáculos e com as companhias priorizando o teatro da municipalidade, o proprietário do Eden Teatro foi forçado a encerrar as atividades dessa casa de espetáculos. Todavia, o Teatro Provisório Municipal seguiu funcionando, concentrando, dessa forma, toda a oferta comercial de espetáculos de cinematógrafo, ilusionismo, ventriloquia, teatro e outras variedades daí em diante – fossem organizados por grupos itinerantes ou por artistas amadores da cidade. Em conjunto, sempre tomando anúncios publicados na imprensa de Oliveira como fonte, tratava-se de algo um pouco mais frequente do que era habitual até ali, mas ainda esporádico e eventual.

Este cenário só veio a ser modificado com a inauguração do primeiro cinema fixo de Oliveira, que representou, de fato, a possibilidade da oferta comercial regular e constante de diversões supostamente sofisticadas e de “bom gosto”. O Cinema Oliveirense, iniciativa do empresário Augusto Sabino da Trindade, que atuava no ramo de casas de gêneros, artigos do país e máquinas agrícolas, foi inaugurado com uma “sessão de gala” na véspera do natal de 1909, após o empresário ter feito um contrato de arrendamento do Teatro Provisório Municipal, além de ter comprado fitas diversas e um aparelho de projeção da marca Pathé de uma empresa do Rio de Janeiro (cf. GAZETA DE MINAS, 21 de novembro de 1909, p. 1; GAZETA DE MINAS, 19 de dezembro de 1909, p. 1).

Logo após a inauguração, o Cinema Oliveirense passou a oferecer não apenas filmes, mas também outros gêneros de espetáculos, como fora comum nos primórdios do cinema.

Segundo o historiador José Inácio de Melo Souza (2004, p. 191-196), a combinação das projeções com outras práticas ou formas de espetáculos que, num primeiro momento, foram determinantes para a sobrevivência do cinema ambulante, manteve com sua tradição mista, isto é, cinema e outros gêneros de diversão, mesmo depois das instalações de salas fixas, disseminadas por todo o território nacional a partir da segunda metade da década de 1900. No caso da cidade de Oliveira, o proprietário do cinema local passou a adotar duas estratégias principais para munir o cinema de sua propriedade com companhias de variedades: ora arrendava o cinema para os ambulantes, ficando com os lucros do aluguel e do bar, ora investia na contratação de artistas com contratos preestabelecidos, o que permitia, além das vendas do bar, acesso aos valores das entradas comercializadas. Entre 1910 e 1920, o Cinema Oliveirense recebeu pelo menos 55 temporadas de espetáculos dos mais variados gêneros artísticos, além de bailes anuais de carnaval que tiveram início no ano de 1912.

Com uma agenda lúdica mais agitada e que atendia, perfeitamente, a nova estrutura de sentimentos preconizada pelos grupos letrados, o Cinema Oliveirense passou a ser retratado na imprensa como a principal casa de diversões da cidade. Além disso, e como não poderia deixar de ser, o cinema também exibia títulos de filmes. No início, a periodicidade das exhibições de filmes era de ao menos uma vez por semana. Entre meados de 1910 e meados de 1912, o cinema passou a funcionar, no mínimo, três vezes na semana. Nos meses finais de 1912, conforme se pode depreender das fontes, havia já, à disposição do público, uma sessão cinematográfica todos os dias (GAZETA DE MINAS, 17 de novembro de 1912, p. 1).

Em setembro de 1915, não obstante, a imprensa de Oliveira noticiou o baixo movimento do cinema, o que teria justificado a diminuição da quantidade e da frequência das sessões: “Temos cinema somente aos domingos e dias de guarda. Quem o havia de dizer, depois de anos de funcionamento diário!” (GAZETA DE MINAS, 10 de outubro de 1915, p. 1). Nessa época, em todo o país, depois de um grande desenvolvimento entre 1911 e 1913, houve uma crise comercial do cinema, que só seria plenamente superada por volta de 1920. Circunstâncias econômicas adversas, especialmente a alta do câmbio, associadas a uma diminuição aguda da exportação de filmes europeus, cujos países sofriam os efeitos da Primeira Guerra Mundial, alteraram os modos de funcionamento do mercado de exibição de filmes no Brasil (SIMIS, 2015, p. 66-67).

A quantidade e a periodicidade das sessões de cinema pareciam depender, antes de tudo e como é presumível, da disposição do público em assistir aos filmes exibidos. Tais disposições poderiam ser condicionadas por um conjunto bastante diverso de fatores, desde limitações financeiras para compra de ingressos, até interesses puros e simples nos filmes que eram exibidos. Parecia existir uma estreita relação entre a disposição do público em ir ao cinema e o volume ou diversidade de filmes exibidos. Quanto maior a oferta de filmes novos, maiores as chances de ter boa adesão do público, interessado, mais que tudo, ao que parece, em assistir novidades. Sempre que os programas passavam a ser repetitivos, a quantidade de público e de sessões tendia a diminuir. O fenômeno não era novo, tampouco restrito aos cinemas. Em 1894, quando o Circo do Sr. Barros prolongou sua estadia em Oliveira mais que o habitual, artigos na imprensa local se apressaram em criticá-lo: “Entendemos que a companhia do Sr. Barros deveria dar por encerrada a série de espetáculos que pretendia exhibir nesta cidade. O repertório dos seus artistas está esgotado e não mais satisfaz ao nosso público” (GAZETA DE OLIVEIRA, 25 de novembro de 1894, p. 2).

Nesse contexto, possibilidades de aquisição e exibição frequente de filmes novos era mesmo um fator crucial para o sucesso comercial desse ramo de negócios. Mais do que isso, era necessário um esforço de diversificação do gênero fílmico, que poderia ser constituído de dramas, comédias, romances, filmes nacionais, científicos, pedagógicos, religiosos ou ainda de imagens naturais, o que dependia, sobremaneira, da articulação comercial entre o proprietário do cinema e os fornecedores. Não sem razão, portanto, em 1916, a imprensa de Oliveira noticiou, com certo entusiasmo, contratos firmados entre Augusto Trindade e o Cinema Parisiense do Rio de Janeiro, além de contratos com a firma Faleiros de São João del-Rei, o Cinema Barbacenense da capital carioca e o Coronel Gomes Nogueira, apresentado como “o primeiro empresário de cinemas no Estado de Minas Gerais” (cf. GAZETA DE MINAS, 14 de maio de 1916, p. 1; GAZETA DE MINAS, 20 de fevereiro de 1916, p. 1; GAZETA DE MINAS, 29 de outubro de 1916, p. 1). Conforme registrou um cronista anônimo do jornal *Gazeta de Minas*: “que isto quer dizer, que teremos agora frequentes exibições de magníficas películas”. De fato, depois disso, com as novas remessas de fitas, o público parece ter voltado ao cinema da cidade, animando, então, exibições mais frequentes. Já em junho daquele ano, as sessões do cinema voltaram a ser diárias. No mês seguinte, apenas reforçando as relações entre a exibição de novidades e a disposição do público em pagar por ingressos, seriam já duas

sessões noturnas diárias, todos os dias da semana (GAZETA DE MINAS, 20 de fevereiro de 1916, p. 1).

Buscando ampliar as oportunidades de exploração comercial das diversões da cidade, entre 1913 e 1915, Augusto Sabino da Trindade inaugurou, ainda, dois novos estabelecimentos: o Salão do Ponto e o Café da Oeste, que possuíam, entre outras coisas, bilhares, mesas para jogos de cartas e espaço de choperia (cf. GAZETA DE MINAS, 2 de março de 1913, p. 1; GAZETA DE MINAS, 12 de setembro de 1915, p. 1). Proprietário de três das principais casas de diversões de Oliveira, Augusto Sabino da Trindade logo passou a ser chamado pela imprensa da cidade como “o Paschoal Segreto oliveirense”.³

O destaque obtido na imprensa dos estabelecimentos de propriedade do empresário Augusto Sabino da Trindade, especialmente o Cinema Oliveirense, ocorreu no momento em que o município experimentava um alargamento das atividades agropecuárias. Há uma clara coincidência temporal entre os dois fenômenos. Muito provavelmente a circulação de capitais gerados pelos negócios do campo acabou por ampliar as oportunidades comerciais também dos setores urbanos. De certo modo, o lucro dos negócios rurais direta e indiretamente ajudava a financiar uma série de reformas, construções e ações modernizadoras no espaço urbano de Oliveira, incluindo aqueles dedicados à oferta pública ou comercial de lazer para parte da população local.

Na década de 1910, o município de Oliveira sofreu uma espécie de surto agropecuário. Dois processos parecem ter tido uma participação determinante nesse ensejo. O primeiro foi a crescente demanda por gêneros de alimentos e insumos para as indústrias dos dois maiores centros urbanos da região Sudeste, nomeadamente, São Paulo e Rio de Janeiro, cujas populações e atividades industriais se dinamizavam enormemente.⁴ Já o segundo tem a ver com os impactos da primeira Guerra Mundial (1914-1918) que provocaram forte retração das importações brasileiras de bens de consumo, alimentos, manufaturas e

3 Paschoal Segreto foi empresário de destaque no ramo dos divertimentos no Rio de Janeiro desde os últimos anos do século XIX (MARTINS, 2014).

4 O Rio de Janeiro, maior centro industrial do Brasil até a final da década de 1900, foi o primeiro núcleo nacional a atingir a marca de mais de um milhão de habitantes. No período que corresponde aos anos de 1890 e 1920, a população fluminense mais que dobrou, passando de 522.651 habitantes para 1.157.873 habitantes. Semelhantemente, a capital paulista viu sua população ser multiplicada por mais de oito vezes nesse intervalo de três décadas, passando de 64.934 habitantes para 579.033 habitantes (MORAES, 2001, p. 30-40).

insumos industriais além de gerar novas demandas de abastecimento interno e dos países aliados envolvidos com o conflito bélico (VILLELA; SUZIGAN, 2001).

No ano de 1920, segundo dados da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, já havia no município de Oliveira, aproximadamente, 1.892 estabelecimentos rurais agrícolas e de laticínios, beneficiadores de café, arroz e milho, engenhos de açúcar, fábricas de fiação e tecido, polvilho, banha, toucinho, costelas defumadas, manteiga, latas para manteiga, curtume, ferradura e torrefação de café, além de um rebanho de mais de 100 mil cabeças de gado e aves. Neste mesmo ano, a exportação de Oliveira que, até a década de 1910, limitava seu potencial produtivo na exportação em manteiga, gado vivo e algum café, alcançou a marca de 4.149 toneladas de charque, 1.800 toneladas de café, 750 toneladas de milho, 200 toneladas de cascas para curtumes, 175 toneladas de polvilho, 120 toneladas de arroz, 40 toneladas de manteiga, 20 toneladas de fumo, 15 toneladas de toucinho, três toneladas de feijão, além de 1.500 quilômetros de tecidos e 4.000 dúzias de ferraduras. Soma-se a essa exportação uma pequena produção, a exemplo de açúcar, aguardente, queijo, mandioca, batata, madeira, mel e cera, sem volume especificado e destinada exclusivamente para o abastecimento local ou de municípios adjacentes (MINAS GERAIS, 1926, p. 767).

Essa atividade comercial, quase inteiramente ligada a setores agropecuários, foi acompanhada, ou talvez mesmo permitida, por um considerável crescimento populacional no município. Na cidade de Oliveira, entre os anos de 1890 e 1920, a população saltou de aproximadamente 4.000 pessoas para 11.876. No distrito de Carmo da Mata, de 2.250 para 6.974. No distrito de Japão, de 3.750 para 7.455. No distrito de Santana do Jacaré, de 1.161, para 2.844. Já no distrito de São Francisco de Paula, os números pouco se alteraram, saltando de 5.449 para 5.642 (MINAS GERAIS, 1926, p. 851 e 911). Esse incremento da população municipal se processou, especialmente, nos povoados. Isso pode ser comprovado com a distribuição dos moradores da sede administrativa do município que, embora reunisse, no final da década de 1910, os serviços públicos e os principais estabelecimentos de comércio e indústrias urbanas, 60% (7.232) dos seus moradores residiam nas áreas rurais (MINAS GERAIS, 1926, p. 929). Basicamente, foi o crescimento da população rural que forneceu a mão de obra necessária para os estabelecimentos agropecuários que movimentavam a economia e a nova dinâmica demográfica do município. Em 1920, dos 10.553 moradores da cidade e dos distritos de Oliveira que declararam suas profissões, 71% (7.551) diziam trabalhar na “exploração do

solo”, isto é, em outras palavras, plantando, colhendo e ordenhando (MINAS GERAIS, 1926, p. 444).

Nesse contexto de crescimento populacional e intensificação das atividades econômicas, comércios e serviços públicos das sedes urbanas das nucleações municipais tiveram que aprimorar suas estruturas para melhor atender as novas demandas. Já em 1916, cronistas da imprensa falavam de ruas e praças “muito movimentadas” no centro de Oliveira, contrastando um cenário que, no final do século de XIX, era descrito por cronistas como “morto”, “deserto” e “sorumbático”. Conforme registrou um deles: “Não há dúvida que muita gente tem sido atraída para a cidade, e com isso muito lucra o comércio” (GAZETA DE MINAS, 10 de setembro de 1916, p. 1). Empreendimentos urbanos logo se diversificaram e o número de anúncios de casas comerciais, oficinas, colégios ou pequenas fábricas funcionando na sede de Oliveira apresentou um enorme salto, sobretudo, entre os anos de 1914 e 1919, período no qual a imprensa anunciou a inauguração de diversos novos pontos de comércio urbano, a exemplo de hotéis, barbearias, alfaiatarias, farmácias, clínicas médicas, gabinetes dentários, salões de instrumentos musicais, sapatarias, ateliês fotográficos ou ainda casas de artigos e gêneros do país. Em 1920, 79 casas comerciais e depósitos, além de 22 negociantes ambulantes, contribuíram com o Imposto de Indústrias e Profissões – a maioria concentrada na sede do município (GAZETA DE MINAS, 7 de novembro de 1920, p. 2). Nessa época, um cronista do jornal *Gazeta de Minas* já podia dizer, sem medo do exagero, que as alfaiatarias, barbearias e casas comerciais das ruas centrais de Oliveira, davam “a impressão das grandes cidades” (GAZETA DE MINAS, 25 de julho de 1920, p. 1).

Na sede de Oliveira, o número de moradores e imóveis urbanos cresceu substancialmente, superando um quadro que, no final do século XIX, era de perda populacional e rareamento de habitações. No início da década de 1910, cronistas da imprensa já falavam de uma “febre bendita de construções” no centro urbano da cidade, fazendo referências aos novos imóveis mandados construir, em sua grande maioria, por fazendeiros, comerciantes, industriais, profissionais liberais, funcionários públicos e autoridades políticas (MINAS GERAIS, 1926, p. 929).

Mesmo com as novas construções, em 1919 os veículos de imprensa denunciariam a falta de moradias em Oliveira. Segundo um artigo do jornal *Gazeta de Minas*: “o problema da

habitação já vai se tornando um caso sério. Com o sensível acréscimo de nossa população tornaram-se insuficientes as nossas moradias. Houve um acréscimo nos alugueis e mesmo assim não existe uma única casa vazia” (GAZETA DE MINAS, 20 de julho de 1919, p. 1).

Inteiramente em conformidade ao ideário de progresso da época, autoridades políticas locais aproveitaram a relativa prosperidade financeira do município e irromperam várias ações modernizadoras para tentar ordenar e melhorar espaço urbano da cidade. Cada novo melhoramento seria anunciado com exaltação pela imprensa local, que chegou a classificar as reformas e ações de embelezamento realizadas no centro urbano de Oliveira como um “surto de progresso” (GAZETA DE MINAS, 17 de maio de 1914, p. 1). Em si mesma, a própria imprensa local, tal como aconteceu em outros pontos do Brasil e de Minas Gerais, fará parte do cenário de transformações que afetava a cidade, ocupando papel de destaque na propagação de ideias tidas e apresentadas como civilizadoras (TAVARES, 2013).

Em 1907, a cidade receberia os primeiros focos de iluminação elétrica que, em 1914, com a construção de uma Usina de Eletricidade na cachoeira do Rio Jacaré, foram ampliados para atender à crescente demanda de imóveis, comércio e indústrias urbanas (cf. GAZETA DE MINAS, 1 de setembro de 1907, p. 1; GAZETA DE MINAS, 5 de abril de 1914, p. 1). Entre 1912 e 1914, foram inaugurados os serviços telefônicos e de esgotos, ampliados os serviços de abastecimento de água, além de terem sido construídos ou reformados um matadouro, um posto meteorológico, um fórum, um hospital e uma cadeia (cf. GAZETA DE MINAS, 17 de março de 1912, p. 1; GAZETA DE MINAS, 3 de março de 1912, p. 1; GAZETA DE MINAS, 6 de julho de 1913, p. 1; GAZETA DE MINAS, 18 de janeiro de 1914, p. 1; GAZETA DE MINAS, 23 de agosto de 1914, p. 1; GAZETA DE MINAS, 14 de janeiro de 1914, p. 1; GAZETA DE MINAS, 9 de agosto de 1914, p. 1). Já no final da década de 1910, a imprensa anunciaria outras duas novas construções, sendo elas um laboratório, anexado ao prédio da Santa Casa de Misericórdia, e um Pavilhão com estábulos e bebedores, para exposições anuais do agronegócio (cf. GAZETA DE MINAS, 4 de abril de 1920, p. 1; GAZETA DE MINAS, 13 de junho de 1920, p. 1). Nessa mesma época, o poder público de Oliveira promoveria também, entre outras coisas, uma série de demolições de construções mais antigas em condição de ruínas, limpeza e melhorias em diversas ruas e largos da parte urbana e suburbana da cidade.

Com efeito, apesar dos melhoramentos urbanos que afetavam a vida da cidade naquele momento, hábitos muitas vezes alheios aos novos dogmas comportamentais que se disseminavam internacionalmente, continuavam frustrando expectativas de suas elites. Animais no centro urbano de Oliveira era uma das coisas que mais explicitamente contrariariam todo o empenho em se criar uma ambiência moderna e civilizada ali em conformidade aos centros mais adiantados do país, conforme se dizia com frequência na época. Em junho de 1913, por exemplo, um artigo no jornal *Gazeta de Minas* queixava-se da presença de cabritos na parte central da cidade, bem em frente ao escritório de eletricidade, em situação percebida como grave contradição, uma vez que impunha elementos bastante tradicionais a um dos principais símbolos de progresso e modernidade da época (GAZETA DE MINAS, 15 de junho de 1913, p. 1). Em junho de 1916, outra queixa do mesmo tipo denunciava animais soltos no centro urbano da cidade. Segundo dizia-se, vacas, bezerros e cavalos assaltavam as hortas e quintais (GAZETA DE MINAS, 30 de julho de 1916, p. 1).

Nada disso, porém, inibiu uma retórica entusiasmada e grandiloquente a respeito das transformações que se processavam ou que se imaginavam estar se processando na cidade. Outro aspecto da vida social do período que reforçava a percepção de que transformações “assombrosas” estavam em curso em Oliveira era o surgimento de novas modalidades de lazer. Utilizadas como recursos simbólicos para realizar expectativas imaginárias a respeito do grau de modernidade e civilização de uma cidade, o surgimento de novas práticas ou espaços públicos e privados de diversões servia, a um só tempo, como recurso cultural e econômico, servindo como fonte de renda para empresários que ofereciam tais serviços, ao mesmo tempo em que dramatizava as expectativas dos cronistas que reivindicavam, nas páginas da imprensa, por práticas conectadas a um ideal de modernidade e refinamento comportamental.

Entre os meses de fevereiro e maio de 1917, uma pequena comissão de políticos viabilizou a construção do primeiro jardim público de Oliveira, na Praça da Igreja da Matriz. O local logo se transformou no principal espaço público de lazer da cidade, além de ponto privilegiado para algumas diversões entendidas por grupos letrados como sofisticadas e de bom gosto. Uma das diversões oferecidas ali foi a patinação, que teve início no mês de abril, após a compra e instalação de um “grande rink” (GAZETA DE MINAS, 18 de março de 1917, p. 1). Na imprensa, já nos primeiros dias de funcionamento do rink, cronistas elogiaram os

“esforços másculos” da comissão, dizendo se tratar de um melhoramento “útil”, “agradável” e “progressista” (GAZETA DE MINAS, 22 de abril de 1917, p. 1).



Figura 2 – Jardim público da Praça da Matriz de Oliveira (sem data). Fonte: Casa da Cultura de Oliveira.

Além do rinquê, a comissão construtora do jardim realizou trabalhos de pintura e forramento no coreto da praça, que já havia sido instalado pela Câmara Municipal em agosto de 1914 (GAZETA DE MINAS, 15 de abril de 1917, p. 1). Com a inauguração do coreto e a abertura do jardim para a visitação pública, as bandas de música de Oliveira, que até então se apresentavam esporadicamente, ganharam regularidade nos concertos oferecidos. A presença constante e regular de bandas de música no coreto do jardim parece fazer parte dos planos de progresso dos costumes imaginados pelas elites e autoridades políticas para aquele espaço. Não é sem razão que a Câmara Municipal passou a conceder “auxílios financeiros” (600\$000) para que as bandas Santa Cecília e Euterpe Oliveirense pudessem se apresentar, alternadamente, nos domingos, dias santos e feriados nacionais (GAZETA DE MINAS, 27 de maio de 1917, p. 1).

Entre maio e junho de 1920, outras duas atividades lúdicas desenvolvidas no espaço do jardim foram noticiadas no jornal *Gazeta de Minas*. Uma foi o “jogo da peteca” que, segundo dizia-se, era um esporte “sadio, útil e muito apreciado na Europa” (GAZETA DE MINAS, 6 de junho de 1917, p. 1). Já a outra foi o “dia chique”, que consistia em promover, nas quintas-feiras, uma tarde de festas no jardim, com uma retreta especial que culminaria

com uma sessão cinematográfica no Cinema Oliveirense (GAZETA DE MINAS, 6 de junho de 1920, p. 1).

Em março de 1917, simultaneamente às obras de construção do jardim, a Câmara Municipal de Oliveira inaugurou o “Teatro Infantil” do Grupo Escolar Francisco Fernandes, com capacidade para 250 pessoas (GAZETA DE MINAS, 4 de março de 1917, p. 1). Após a inauguração, o diretor Jacinto de Almeida, auxiliado por alguns “educadores”, organizou uma “orquestra infantil” e um “grupo infantil de amadores” que, periodicamente, promoveriam noites de espetáculos para o público oliveirense. O novo teatro também receberia espetáculos de artistas itinerantes, amadores locais ou, ainda, conferências literárias. Entre março de 1917 e janeiro de 1920, a imprensa de Oliveira anunciou, pelo menos, 13 espetáculos, o que representa, aproximadamente, um espetáculo a cada três meses.

Além dos melhoramentos urbanos introduzidos pelo poder público, indivíduos ou grupos particulares também tentaram promover ações modernizadoras na cidade. Em 1910, por iniciativa dos sócios do Elite Club Oliveirense, foi inaugurada, no pavimento térreo do edifício municipal, a biblioteca Vigário Jose Theodoro, com mais de mil volumes de livros, diversos jornais recebidos diariamente do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Juiz de Fora, além de semanários, revistas e outras publicações (GAZETA DE MINAS, 24 de abril de 1910, p. 1). A nova biblioteca, que passou a funcionar todos os dias da semana entre 13 e 17 horas, oferecia uma sala de leitura pública, ficando exclusivo para os sócios o direito de retirar livros para leitura em domicílio. Apenas no primeiro ano de funcionamento, segundo dados levantados por um cronista anônimo da *Gazeta de Minas*, a biblioteca Vigário José Theodoro foi frequentada por 2.981 pessoas, sendo pelos sócios do clube retirados 1.055 livros (GAZETA DE MINAS, 23 de abril de 1911, p. 1).

Outra iniciativa particular foi o *ground* de *Basket ball* mandado construir em meados de 1916, na Praça Manuelita Chagas, por “gentilíssimas moças” sócias dos clubes *Graça y Fuerza* e *Éden Club Esportivo*, formados por estudantes da Escola Nossa Senhora de Oliveira. Ao menos até outubro daquele ano, a imprensa noticiou “deliciosas partidas” entre as “gentilíssimas moças” que se batiam, “todas as tardes”, com “denodo extraordinário” (GAZETA DE MINAS, 17 de setembro de 1916, p. 1).

Estabelecimentos de comércio urbano, voltados para a oferta de entretenimento, também encerravam elementos de teatralização simbólica do progresso material da cidade, tornando-se, na mesma dimensão, atrativos para as elites oliveirenses por seu alinhamento com os ideais de modernidade, civilidade e progresso dos costumes. Em outubro de 1915, inaugurou-se o “moderníssimo” Bar Saxônia, com mobiliário “elegante” e “excelentes adornos nas paredes, como os espelhos *Biseautés*” (GAZETA DE MINAS, 24 de outubro de 1915, p. 1). Além de chopes, cerveja e refrescos, uma “boa orquestra” passou a fazer “as delícias dos frequentadores quase todos as noites” na semana seguinte de sua inauguração (GAZETA DE MINAS, 7 de novembro de 1915, p. 1). Nos dois anos seguintes, seriam inaugurados a Charutaria Popular, a Charutaria Primor, o Café Oeste, a Casa Oeste e a Confeitaria e Bilhares Lobato & Ferrari, oferecendo aos seus clientes comidas, cervejas, vinhos e outras bebidas finas, além de bilhares (cf. GAZETA DE MINAS, 27 de fevereiro de 1916, p. 1; GAZETA DE MINAS, 12 de setembro de 1915, p. 1; GAZETA DE MINAS, 22 de outubro de 1916, p. 2; GAZETA DE MINAS, 28 de abril de 1917, p. 3). Já em fevereiro de 1919, um “esplêndido e luxuoso” café, denominado *Café Club*, seria inaugurado com espaço para confeitaria, bar, café, bilhares, sala para leitura de jornais estrangeiros e até uma academia para exercícios físicos (GAZETA DE MINAS, 2 de fevereiro de 1919, p. 1).

Todas essas lojas ficavam nas imediações da Rua Direita, localizada no centro da cidade. O local passou a ser descrito na imprensa, como o ponto “moderno”, “smart” e “civilizado” de Oliveira. Em janeiro de 1917, um cronista anônimo da *Gazeta de Minas*, em alusão ao cinema, os artistas itinerantes e os novos estabelecimentos de comércio lúdico, explicitou que eram justamente essas formas modernas de entretenimento que referenciavam a compreensão de lazer, estampadas nas páginas dos jornais da cidade: “Diversões? Não tem faltado ultimamente em Oliveira; dinheiro haja, como dizia o outro” (GAZETA DE MINAS, 16 de janeiro de 1917, p. 1).

Outra inauguração empresarial em Oliveira, na época, foi o Hipódromo Coronel Xavier, que sediava corridas de cavalo, contando com arquibancadas, casa de apostas e uma filial do Bar Saxônia, representante de uma fábrica de cerveja de Barbacena (cidade há cerca de 150 quilômetros de Oliveira). Nos primeiros meses que seguiram a inauguração do Hipódromo Coronel Xavier, foram organizadas corridas quase semanais, onde corredores do município, ou mesmo de outros países como era o caso do argentino Rogério Primogel, “já

habitado no Prado de corridas de Palermo”, segundo diziam, disputavam, em média, cinco páreos, sendo as entradas franqueadas a todos os espectadores, ficando apenas as arquibancadas reservadas às “senhoras e senhoritas de Oliveira e dos municípios vizinhos” (cf. GAZETA DE MINAS, 19 de setembro de 1915, p. 1; GAZETA DE MINAS, 24 de outubro de 1915, p. 1).

Em abril de 1916, homens e rapazes dos estratos sociais mais elevados da cidade, incluindo estudantes, advogados, comerciantes, engenheiros e políticos, criaram um clube de futebol, o Oliveira Sport Club. Intensificando o número de jogos e torneios de futebol na cidade, logo novos clubes surgiram: o Scratch Acadêmico Comercial (1916), o Scratch Comercial (1919), o Acadêmico (1919), o Oliveirense (1920), o Operario Foot Ball Club (1920) e o Sport Club Comercial (1920) (AMARAL; COUTO, 2017).



Figura 3 – Oliveira Sport Club, 1916. Fonte: Casa da Cultura de Oliveira.

Considerações finais

Todo esse conjunto de novas atividades lúdicas apresentadas até aqui, que acampava, entre outras coisas, bares, cafés, charutarias, bilhares, teatros, cinema, hipódromo, clubes recreativos, biblioteca, jardim público, coreto, rинque de patinação, quadra de basquete, ou ainda um campo de futebol, mais do que uma simples ampliação dos espaços públicos e privados de lazer disponíveis à população local, era parte fundamental dos desejos e esforços de empresários, setores das elites e políticos de introduzir, no cotidiano da cidade,

formas de sociabilidades tidas como mais modernas e alinhadas com os grandes centros urbanos do Brasil e da Europa. Como bem sintetizou um artigo do jornal *Gazeta de Minas*, de 1907, “Olhem o Rio de Janeiro como é hoje uma Paris, e os cariocas uns parisienses, tudo devido aos melhoramentos que ali se fizeram. Os passeios públicos, os teatros, os cafés, etc., são elementos da vitalidade de um povo. Cidade sem estes complementos é uma roça” (GAZETA DE MINAS, 3 de novembro de 1907, p. 1). Nesse discurso, inteiramente de acordo com valores sociais que predominaram desde então, o mundo rural, isto é, a roça, assumia uma conotação negativa, a despeito de ser esse desprezado universo uma das principais fontes da riqueza que garantiria os desejados melhoramentos urbanos.

FONTES

GAZETA DE MINAS, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907, 1909, 1910, 1911, 1912, 193, 1914, 1915, 1916, 1917, 1919, 1920.

GAZETA DE OLIVEIRA, 1888, 1892, 1893, 1894, 1896, 1898.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuário estatístico*: ano I (1921), v. I, II, III, IV, V, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

MINAS GERAIS. *Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola do Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia do Serviço de Estatística, 1913.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. “À mania intoxicadora”: introdução clubística e consolidação dos sentidos de competitividade do foot-ball no Centro-Oeste mineiro (1888-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2016.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; COUTO, Euclides de Freitas. “Um festin obscuro”: pertencimento clubístico e expansão socioespacial do foot-ball em Oliveira, MG (1920-1930). In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2017.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Nos trilhos do lazer: entretenimento urbano e mercado de diversões em Divinópolis, Minas Gerais, 1890-1920. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 237-261, jul./dez. 2017.

BIBBÓ, Caroline Bertarelli. *Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CORRÊA, Joyce Nanci da Silva. Sports na terra dos rincões: Acre 1909-1922. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 24-45, set./dez. 2017.

CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v.11, n. 16, p. 57-70, jan./jun. 2009.

DIAS, Cleber, *et al.* Esportes nos sertões das Gerais. In: DIAS, Cleber; ROSA, Maria Cristina (Org.). *Histórias do lazer nas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019.

DIAS, Cleber, *et. al.* História do futebol em Minas Gerais. *Tempos Gerais*, São João del-Rei, v. 3, n. 2, p. 67-86, jul./dez. 2014.

DIAS, Cleber. Cultura, lazer e esportes no mundo rural – uma introdução. In: DIAS, Cleber (Org.). *Depois da avenida Central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020a.

DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. In: ISAYAMA, Helder; MELO, Victor (Orgs.). *Pesquisa e pós-graduação em estudos do lazer*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2020b.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva / SESC, 1999.

FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOLÇALVEZ, Irlen Antônio; VERSIEUX, Daniela Pereira. Escrevendo por sobre terra: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915). *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 19 n. 46, p. 201-222, maio/ago. 2015.

GOMES, Christinne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. In: *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2003.

GOMES, Christiane Luce. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. In: *Licere*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-25, set./dez. 2011.

HORTA, Regina Duarte. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

JÚNIOR, João Martins Nogueira. *Uma história dos divertimentos do sul mineiro: Itajubá, Pouso Alegre e Campanha entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (1891-1930)*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LIMA, Alex Witney. *O jogo de bola em terras mineiras: uma comparação entre a institucionalização do futebol em Belo Horizonte e São João del-Rei (1904-1921)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais no início do século: algumas observações. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 191-246, 1978.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *Ferrovia, sociedade e cultura, 1850 – 1930*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MARTINS, William de Souza Nunes. *Paschoal Segreto: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883 - 1920)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2014.

MELO, Victor Andrade de (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MORAES, José Geraldo Vinci. *Cidade e cultura urbana na primeira república*. São Paulo: Atual, 2001.

NAKAYAMA, Marina Fernandes Braga. *Divertimentos e tempo livre: experiências dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900-1924)*. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. *O teatro e algumas diversões em Diamantina: uma história registrada pela imprensa (1888-1915)*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RÜSSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (Org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Marcela Ariete dos. *O teatro em Mato Grosso (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Daniela Alves da. *Cultura operária: um estudo de caso do Villa Nova Atlético Clube*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Igor Maciel da. *Elas se divertem (Barbacena – MG, 1914 a 1931)*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Luciano Pereira da. *Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SOUZA, Elisa Salgado de. Sport Club Amazonense: O divertimento em Manaus 1897-1902. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 5-23, set./dez. 2017.

SOUZA, José Inácio de Melo. *Imagens do passado: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

TAVARES, Denis Pereira. Representações da modernidade de São João del-Rei. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 438-461, 2013.

VILLELA, Anibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2001.